



A mão invisível do mercado não é neutra: microcrédito, ESG e as barreiras invisíveis ao protagonismo feminino

The invisible hand of the market is not neutral: microcredit, ESG, and the invisible barriers to female leadership

La mano invisible del mercado no es neutral: microcréditos, ESG y las barreras invisibles al protagonismo femenino

Grupo temático 07 – Gestão social, poder local e desenvolvimento territorial

Alice Carlos da Silva, UFCA- Universidade Federal do Cariri

Milton Jarbas Rodrigues Chagas, UFCA- Universidade Federal do Cariri

Paulo Henrique Leal, UFCA- Universidade Federal do Cariri

RESUMO

O microcrédito tem sido amplamente difundido como instrumento de inclusão produtiva e de promoção do desenvolvimento social, especialmente quando associado à agenda ESG, se apresenta como uma extensão prática dos princípios do Pacto Global aplicada ao mercado financeiro, traduzindo valores normativos em critérios analisáveis por investidores—em seu eixo social. No entanto, seus efeitos sobre as dinâmicas laborais e sobre o protagonismo econômico feminino permanecem atravessados por condicionantes estruturais. Nesse contexto, este ensaio teórico tem como objetivo analisar, à luz de referenciais sociológicos, como o mercado de trabalho, situado nas margens da formalidade, se organiza diante de barreiras estruturais de ordem social, tomando o microcrédito, na perspectiva do ESG, como chave analítica. Metodologicamente, trata-se de um ensaio teórico de natureza interpretativa, fundamentado na articulação crítica entre autores clássicos e contemporâneos da sociologia, da economia e dos estudos de gênero, com uso ilustrativo de dados secundários provenientes de relatórios institucionais e estatísticas oficiais. Os resultados indicam que, embora o microcrédito amplie o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e fortaleça seu protagonismo econômico, seus efeitos permanecem limitados por normas sociais, desigualdades educacionais e barreiras institucionais. Conclui-se que o microcrédito, enquanto política pública orientada pelo ESG, apresenta caráter ambíguo, promovendo avanços no eixo social, mas sendo insuficiente, de forma isolada, para superar desigualdades estruturais de gênero.

Palavras-chave: ESG; microcrédito; gênero; trabalho; políticas públicas.

ABSTRACT

Microcredit has been widely promoted as a tool for productive inclusion and social development, especially when associated with the ESG agenda, is presented as a practical extension of the principles of the Global Compact applied to the financial market, translating normative values into criteria that can be analyzed by investors—in its social axis. However, its effects on labor dynamics and women's economic empowerment remain hampered by structural constraints. In this context, this theoretical essay aims to analyze, in light of sociological references, how the labor market, situated on the margins of formality, is organized in the face of structural barriers of a social nature, taking microcredit, from an ESG perspective, as an analytical key. Methodologically, this is an interpretive theoretical essay based on a critical articulation between classical and contemporary authors in sociology,

economics, and gender studies, with illustrative use of secondary data from institutional reports and official statistics. The results indicate that, although microcredit expands women's access to the labor market and strengthens their economic role, its effects remain limited by social norms, educational inequalities, and institutional barriers. We conclude that microcredit, as a public policy guided by ESG, is ambiguous in nature, promoting advances in the social sphere but insufficient, on its own, to overcome structural gender inequalities.

Keywords: ESG; microcredit; gender; labor; public policies.

RESUMEN

El microcrédito ha sido ampliamente difundido como un instrumento de inclusión productiva y promoción del desarrollo social, especialmente cuando se asocia con la agenda ESG, se presenta como una extensión práctica de los principios del Pacto Mundial aplicados al mercado financiero, traduciendo valores normativos en criterios analizables por los inversores, en su eje social. Sin embargo, sus efectos sobre las dinámicas laborales y sobre el protagonismo económico femenino siguen estando atravesados por condicionantes estructurales. En este contexto, este ensayo teórico tiene como objetivo analizar, desde una perspectiva sociológica, cómo se organiza el mercado de trabajo situado en los márgenes de la formalidad frente a barreras estructurales de orden social, tomando el microcrédito, en la perspectiva del ESG, como clave analítica. Metodológicamente, se trata de un ensayo teórico de carácter interpretativo, basado en la articulación crítica entre autores clásicos y contemporáneos de la sociología, la economía y los estudios de género, con uso ilustrativo de datos secundarios provenientes de informes institucionales y estadísticas oficiales. Los resultados indican que, aunque el microcrédito amplía el acceso de las mujeres al mercado laboral y fortalece su protagonismo económico, sus efectos permanecen limitados por normas sociales, desigualdades educativas y barreras institucionales. Se concluye que el microcrédito, como política pública orientada por el ESG, presenta un carácter ambivalente, promoviendo avances en el eje social, pero siendo insuficiente, de forma aislada, para superar las desigualdades estructurales de género.

Palabras clave: ESG; microcrédito; género; trabajo; políticas públicas.

1 Introdução

Escrever este ensaio teórico de natureza interpretativa, baseado na articulação crítica de referenciais clássicos e contemporâneos, com uso ilustrativo de dados secundários, sem se torna prolixo, não foi uma tarefa simplória, uma vez que ele se afasta do formalismo característico da ciência, sem abdicar do rigor científico. Conforme ressalta Meneghetti (2011), os ensaios teóricos são destinados aos espíritos livres, mas essa liberdade não deve ser confundida com ausência de método ou de compromisso com a realidade empírica; ao contrário, deve estar ancorada nos referenciais que a ciência oferece para a compreensão do mundo social. Entre o formato esperado de um artigo acadêmico, cuja estrutura segue um padrão metódico, cujo leitor acompanha uma lógica estrutural na qual, em cada parte, encontra um script já definidos: a introdução, justificativa, objetivo principal e o método e o que neles devem constar, como serão abordados no trabalho. Quando até mesmo, certas palavras necessitam esta contidas, tornando-se regras implícitas, e aqueles que tentam fugir delas correm o risco de serem mal interpretados. O sentimento oposto o ensaio teórico, em sua liberdade, pode apresentar esses pontos de modo mais sutil e fugir da ordem esperada. Se, para escrever o ensaio teórico, requer-se espírito livre, para lê-lo deve-se ser impetuoso, mas tendo o arcabouço teórico como âncora da realidade.

Nesse sentido, a elaboração do arcabouço teórico deste trabalho não seguiu uma trajetória linear, mas construiu-se a partir de um movimento dialógico entre o pensamento clássico e as abordagens contemporâneas. Autores como von Neumann, (1928) Nash (1950), White (1981), Montaigne (1984), Whetten (1989) e Durkheim (1916/1893) oferecem os fundamentos epistemológicos e reflexivos que sustentam este ensaio, não apenas por suas contribuições teóricas, mas pela ousadia intelectual de suas escritas, que compreendem a ciência como um campo destinado aos perspicazes e audaciosos. Em diálogo com essa tradição, Berger e Luckmann (2004), Goldin (2006, 2014) e Araújo e Scalón (2005) aportam leituras contemporâneas que iluminam o problema analisado, especialmente no que concerne às transformações das dinâmicas sociais e laborais. Complementarmente, Creswell

(2010) e Meneghetti (2011) solidificam a base metodológica e reflexiva que orienta a construção deste trabalho. Assim, o entrelaçamento entre o clássico e o contemporâneo evidencia que, embora não estejamos tão distantes de um passado outrora naturalizado, avançamos o suficiente para reconhecer como problemáticas determinadas estruturas sociais que antes se apresentavam como normalidades.

Este ensaio teórico tem como objetivo debater, à luz de referenciais sociológicos, como o mercado de trabalho situado nas margens da formalidade se organiza diante de barreiras estruturais de ordem social, tomando o microcrédito, na perspectiva do ESG. Ao utilizar mais de uma lente teórica para a análise, expande-se a complexidade de um fenômeno, ampliando suas variáveis de análise. A lacuna existente entre o econômico e as barreiras sociais que compõem uma sociedade se entrelaçam, evidenciando que políticas públicas requerem abordagens múltiplas. Assim como a complexidade da vida moderna exige análises tão abrangentes quanto a própria vida moderna, é necessário considerar, para além do econômico, as dimensões sociais e institucionais.

Nesse sentido, o presente ensaio sustenta que o microcrédito, quando analisado sob a ótica do ESG, em seu eixo social, e compreendido como política pública, atua como um instrumento ambíguo: ao mesmo tempo em que amplia o protagonismo econômico feminino no mercado de trabalho, seus efeitos permanecem limitados por barreiras estruturais de ordem social, educacional e cultural.

2 A estratégia de mercado

Antes de se debruçar sobre as movimentações do pequeno produtor dentro do mercado, faz-se necessária a compreensão do mercado como um todo e de seu funcionamento. White (1981) argumenta que o mercado não se baseia em especulações abstratas sobre os desejos dos compradores, mas, sim, nos resultados de outros produtores. Por ser uma estrutura social, o mercado não se comporta unicamente de modo econômico, o relatório *Who Cares Wins* (2004) apresenta estratégias ambientais, sociais e de governança (ESG), ligadas a ativos intangíveis, como reputação e marca, que podem representar mais de dois terços do valor de mercado de uma empresa. Mesmo diante do alto valor desses ativos intangíveis, *Who Cares Wins* (2004) aponta que o foco do analista no curto prazo é uma das principais barreiras para a adesão ao ESG, uma vez que a visão desta voltada ao longo prazo.

Será utilizado John Nash (1950) como base para a análise micro estratégica do mercado, especialmente no que se refere às estratégias dos jogadores e à formação da racionalidade estratégica dentro do jogo. Contudo, para além de uma perspectiva estritamente matemática, considera-se que o mercado é composto por indivíduos inseridos em estruturas sociais específicas. Nesse sentido, torna-se necessária a incorporação da abordagem sociológica proposta por White (1981), que ancora este trabalho em uma perspectiva estrutural dos mercados. Assim, o mercado não é tratado como uma arena neutra ou estática, mas como um espaço relacional no qual posições, interações e observações mútuas influenciam as decisões estratégicas dos agentes.

O equilíbrio de Nash descreve situações em que cada jogador adota sua melhor resposta estratégica diante das escolhas dos demais, de modo que nenhum agente possui incentivo unilateral para alterar sua decisão (Nash, 1950). Tal equilíbrio não representa necessariamente um cenário ideal ou coletivamente eficiente, mas a estabilização estratégica possível dentro das restrições existentes, marcada por uma racionalidade individual e não coletiva. Já a formulação inicial da teoria dos jogos destaca que o resultado obtido por um jogador depende não apenas de suas próprias ações, mas também das decisões dos demais participantes, todos orientados por interesses próprios (von Neumann, 1928)

O ESG visa criar mercados mais resilientes e uma sociedade mais sustentável e inclusiva; ou seja, aqui o mercado passa por uma coordenação normativa, tendo um objetivo em comum, ao mesmo tempo que continua adotando a mesma lógica estratégica do jogo individual de maximizar os seus próprios ganhos, só que agora com novos parâmetros. Assim, o ESG altera o payoff percebido, mas não a existência da racionalidade individual. A política pública entra no jogo com payoff social, no qual seu interesse é o bem-estar social; suas jogadas são voltadas para esse bem-estar e não para o ganho puramente financeiro. Diferentemente do mercado financeiro, em que o risco se ajusta ao retorno financeiro, no Estado o risco é voltado às externalidades sociais, como no microcrédito, uma medida arriscada que visa permitir que jogadores de pequeno porte possam entrar no jogo.

Nash (1950), ao indicar que cada agente ajusta suas estratégias considerando as ações dos outros jogadores, em um processo contínuo de interação estratégica. Contudo, essa observação mútua tende a favorecer agentes já consolidados e elevar barreiras estruturais à entrada. Esses obstáculos tornam-se ainda mais intensos para produtores de pequeno porte, pois a limitação no acesso ao crédito e o baixo capital inicial dificultam ganhos de escala e reduções de custo, restringindo sua capacidade competitiva. Nesse contexto, a agenda ESG surge como tentativa de incorporar fatores ambientais, sociais e de governança nas decisões financeiras, buscando orientar mercados para estratégias de longo prazo e maior gestão de riscos *Who Cares Wins* (2004)

Quando políticas públicas associadas a essa lógica são implementadas, como programas de microcrédito, ocorre uma tentativa de alterar as condições iniciais do jogo econômico, ampliando o acesso ao capital para atores tradicionalmente excluídos do sistema financeiro formal. Entretanto, apesar de ampliar o número de participantes, os baixos valores dos empréstimos e a elevada mortalidade dos pequenos empreendimentos indicam que muitos

desses novos jogadores permanecem em posições estruturais frágeis, enfrentando dificuldades para sustentar sua permanência no mercado (barone, 2002)

3 O coletivo acima do prazer: o ESG como racionalidade pública

“O mercado só faz bons negócios porque a mocidade ama o prazer” (Montaigne, 1984, p. 56) sugere que o funcionamento do mercado se sustenta na assimetria das necessidades, na medida em que aquilo que representa carência para um indivíduo converte-se em oportunidade para outro. Nesse processo, não há vilões ou heróis morais, mas relações mediadas pela lógica da oferta e da demanda.

Contudo, os seres humanos, enquanto agentes sociais complexos, não podem ser compreendidos nem orientados exclusivamente por variáveis econômicas simplificadas. Para além do indivíduo, existe o coletivo, entendido como uma coesão social que precisa ser continuamente preservada para que a própria sociedade se mantenha ao longo do tempo, conforme argumenta Durkheim (2016/1893).

Essa noção de coesão desloca a análise do presente imediato para uma perspectiva orientada ao futuro. Nesse contexto, o relatório *Who Cares Wins* (United Nations Global Compact, 2004) que emerge como um marco ao destacar o ESG como um conjunto de critérios voltados à sustentabilidade, à responsabilidade social e à transparência na governança corporativa. se apresentando como uma extensão prática dos princípios do Pacto Global aplicada ao mercado financeiro, traduzindo valores normativos em critérios analisáveis por investidores. Tal pacto foi concebido no início dos anos 2000 com a proposta de promover uma economia global mais estável, responsável e inclusiva.

Contudo, naquele momento, o ESG ainda se apresentava como um conceito abstrato para o setor financeiro, marcado pela ausência de métricas consolidadas e por diferentes racionalidades temporais., ressurgindo a tensão já observada por Montaigne: enquanto o mercado financeiro tende a privilegiar ganhos de curto prazo, as práticas orientadas pelo ESG exigem uma lógica voltada ao longo prazo. Conforme destacado pelo United Nations Global Compact (2004), o setor financeiro, em geral, não reconhece de forma imediata os benefícios dessas práticas quando avaliadas sob a ótica da rentabilidade de curto prazo.

Who Cares Wins (2004) apresenta o ESG a partir de uma hipótese estratégica de criação de valor, reconhecendo que fatores ambientais, sociais e de governança podem impactar o valor organizacional e as decisões de investimento, ainda que naquele momento não houvesse evidências empíricas consolidadas. Posteriormente, Friede, Busch e Bassen (2015), ao analisarem mais de 2000 estudos empíricos, identificam evidências robustas de uma relação majoritariamente positiva entre ESG e desempenho financeiro corporativo. Contudo, mesmo diante desse avanço empírico, persistem barreiras à adoção plena por parte dos investidores, uma vez que os mercados de capitais não demonstram efeitos consistentes de aprendizado ao longo do tempo, mantendo uma lógica orientada ao curto prazo.

Diante dessa assimetria temporal, o Estado assume papel central ao se responsabilizar por riscos que o mercado privado não está disposto a absorver, especialmente em contextos de elevada vulnerabilidade econômico-social. Nessa perspectiva, o microcrédito pode ser compreendido como uma estratégia estatal de governança social orientada ao longo prazo, na qual o poder público assume o risco inicial da inclusão produtiva como forma de fortalecimento das bases sociais que sustentam o sistema econômico.

Segundo Brasil (2018a), o microcrédito surge como resposta a uma lacuna econômica relacionada à dificuldade de acesso ao crédito por pequenos empreendedores e trabalhadores informais. No Brasil, experiências iniciais ocorreram na década de 1970, como a iniciativa da Accion em Recife, evoluindo posteriormente para programas municipais e, mais tarde, para políticas públicas estruturadas, culminando na criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) em 2005 (BARONE et al., 2002). O microcrédito consiste na concessão de empréstimos de pequeno valor destinados a microempreendedores e pequenos produtores excluídos do sistema financeiro tradicional, sendo um método para democratizar o acesso ao crédito financeiro. (BARONE et al., 2002).

Ao incorporar o ESG como racionalidade pública, altera-se a lógica tradicional da decisão econômica. A necessidade do outro deixa de ser percebida exclusivamente como oportunidade mercadológica e passa a demandar uma lógica de cuidado, na qual a sobrevivência do próprio sistema econômico depende da preservação das condições sociais que o sustentam. Assim, a aplicação do ESG não se limita à introdução de critérios normativos, mas expressa uma mudança mais ampla na compreensão das relações entre mercado, Estado e sociedade.

Por fim, importa destacar que o que se apresenta neste ensaio não corresponde a uma verdade absoluta ou imutável, mas a uma percepção socialmente construída a partir do sujeito, de suas interações e de seus contextos históricos e simbólicos. Conforme argumentam Berger e Luckmann (2004), a realidade social é produto de construções intersubjetivas, o que implica reconhecer que as variáveis possíveis para a análise das dinâmicas sociais são amplas e necessariamente recortadas. Nesse sentido, Creswell (2010) ressalta que todo método apresenta limitações, enquanto Whetten (1989) complementa ao afirmar que toda teoria é definida tanto pelo que



inclui quanto pelo que exclui. Assim, as limitações não constituem falhas, mas condições para a contribuição teórica, uma vez que os fenômenos sociais são sempre interpretações historicamente situadas.

4 A barreira invisível do mercado: microcrédito, gênero e estruturas sociais

Ao observar os impactos associados à agenda ESG, especialmente em seu eixo social, torna-se relevante analisar a implementação de programas públicos de microcrédito voltados a negócios de pequeno porte. Trata-se de uma política cujo horizonte é majoritariamente de longo prazo, marcada por investimentos realizados sem garantia imediata de retorno financeiro, mas sustentados pela expectativa de efeitos estruturais sobre renda, trabalho e inclusão social.

Os dados empíricos começam, contudo, a oferecer indícios concretos desses efeitos, segundo informações do Banco do Nordeste do Brasil, por meio do programa Crediamigo, aproximadamente 68% dos tomadores de empréstimo são mulheres (Banco do Nordeste do Brasil, 2024a). No programa Agroamigo, esse percentual alcança cerca de 50% (Banco do Nordeste do Brasil, 2024b). Esses dados não são triviais, pois revelam uma interseção entre gênero, acesso ao crédito e estratégias de sobrevivência econômica, indicando que o microcrédito tem se consolidado como uma ferramenta relevante de autonomia financeira feminina, sobretudo em contextos de informalidade e vulnerabilidade social.

Diante do exposto, é crucial observar como essa interseção se movimenta dentro do mercado de trabalho brasileiro, visto que, de acordo com o Observatório Sebrae (2025), os pequenos negócios representam 86,6% dos empreendimentos ativos no Brasil, compondo, assim, a espinha dorsal da economia nacional. Consequentemente, observar quem os compõe e de que modo se articulam dentro do mercado de trabalho é fundamental para a proposição de políticas públicas eficazes. Ao analisar o mercado de trabalho a partir da discussão proposta por Goldin (2006, 2014), observa-se, contudo, a necessidade de considerar as especificidades do contexto brasileiro. Enquanto o cenário analisado pela autora refere-se aos Estados Unidos, onde homens e mulheres ingressam no mercado de trabalho com níveis educacionais semelhantes, no Brasil o acesso à educação ainda constitui uma barreira significativa, não somente para o sexo feminino, mas para o todo. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022a) indicam que menos de 20% da população brasileira, com 25 anos ou mais, possui nível superior completo, evidenciando que a educação superior ainda não se configura como ponto de partida universal no país.

Ainda assim, as contribuições de Goldin (2006, 2014) auxiliam na compreensão de como a desigualdade de gênero se constrói ao longo do tempo, especialmente em razão da maternidade, da penalização associada às interrupções de carreira e da valorização desproporcional da disponibilidade temporal contínua. No contexto brasileiro, essas dinâmicas articulam-se a valores sociais conservadores que ainda atribuem às mulheres a responsabilidade principal pelo trabalho doméstico e pelo cuidado familiar (Canal Meio, 2026).

Sob a perspectiva sociológica de Durkheim (2016/1893), a sociedade exerce influência coercitiva sobre os indivíduos por meio da consciência coletiva, moldando comportamentos e expectativas sociais. Assim, mesmo diante de transformações econômicas que ampliam o protagonismo feminino — como o aumento da proporção de mulheres responsáveis por domicílios (IBGE, 2022b) —, esse protagonismo material não se traduz proporcionalmente em reconhecimento simbólico nem em ocupação de cargos de poder. Dados recentes indicam que os homens ainda predominam nas posições de liderança, revelando que, embora a base econômica tenha se transformado, o topo do poder e do reconhecimento social permanece majoritariamente masculino (Brasil, 2025b).

Essas normas sociais manifestam-se, por exemplo, na permanência da dupla jornada enfrentada pelas mulheres, que, ao adentrarem o mercado de trabalho, continuam majoritariamente responsáveis pelas atividades domésticas e de cuidado, enquanto seus cônjuges assumem, em muitos casos, papel secundário nessas tarefas (Araújo & Scalón, 2005). A sobrecarga decorrente da dupla jornada impacta diretamente a saúde e as trajetórias profissionais femininas, de modo que, embora haja uma força econômica impulsionando o protagonismo feminino, a desigualdade de gênero no trabalho brasileiro permanece fortemente atravessada por valores sociais e culturais que limitam a convergência entre homens e mulheres ao longo de suas trajetórias profissionais.

5 Considerações finais

A análise do microcrédito sob a ótica do ESG permite compreendê-lo não apenas como um instrumento financeiro, mas como parte de uma transformação mais ampla das dinâmicas laborais contemporâneas. Ao se inserir nas margens do mercado formal, o microcrédito dialoga com questões relacionadas ao gênero, à educação e ao empreendedorismo de subsistência, revelando como o trabalho se reorganiza diante de restrições estruturais e de novas oportunidades institucionais.

Os argumentos discutidos ao longo deste ensaio indicam que, embora o microcrédito se apresente como um relevante instrumento para a promoção de mudanças sociais no âmbito do trabalho, seus efeitos permanecem limitados por estruturas sociais persistentes. Conforme evidenciam Cunha et al. (2025), apesar de as mulheres representarem a maioria entre os tomadores de microcrédito e apresentarem crescimento relativo em indicadores como lucro operacional e capacidade de pagamento, elas continuam enfrentando condições menos favoráveis de acesso ao financiamento. Essas desigualdades manifestam-se, por exemplo, em menores valores médios de

empréstimos e em maiores restrições institucionais, revelando como o potencial econômico feminino pode ser sistematicamente condicionado por barreiras de ordem social.

Sendo assim, o microcrédito, quando compreendido como política pública orientada pelo ESG, apresenta caráter ambíguo. Ao mesmo tempo em que contribui para a ampliação do protagonismo econômico feminino e para a inclusão produtiva em contextos de vulnerabilidade, não se mostra suficiente, de forma isolada, para a superação das desigualdades estruturais de gênero que atravessam o mercado de trabalho. Tais limitações reforçam a necessidade de articulação do microcrédito com outras políticas públicas voltadas à educação, à redistribuição do trabalho de cuidado e à ampliação do acesso das mulheres a posições de maior poder econômico e decisório.

Por fim, destaca-se a importância de estudos futuros que aprofundem a análise das interações entre as dimensões econômicas e as estruturas sociais que compõem o fenômeno aqui analisado, especialmente por meio de investigações empíricas capazes de captar as múltiplas formas pelas quais gênero, trabalho e políticas públicas se articulam no contexto brasileiro. Ao evidenciar os limites e as potencialidades do microcrédito sob a perspectiva do ESG, este ensaio busca contribuir para o debate acadêmico e institucional sobre estratégias de desenvolvimento social que considerem, de forma integrada, as dimensões econômicas e sociais da desigualdade.

6 Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, agradeço também à UFCA – Universidade Federal do Cariri, pelo espaço e incentivo à pesquisa

Referências

Araújo, C., & Scalón, C. (2005). Gênero, família e trabalho no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(2), 123–145.

Ashraf, D., Rizwan, M. S., & L’Huillier, B. (2021). Environmental, social, and governance integration: The case of microfinance institutions. *Accounting & Finance*, 61(4), 1–32.

Banco do Nordeste do Brasil. (2024a). *Relatório de Microfinanças 2024: Crediamigo*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

Banco do Nordeste do Brasil. (2024b). *Relatório Agroamigo 2024*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (2016). *Microcrédito no Brasil: histórico e legislação*. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/microcredito-brasil>

Barone, F. M., Lima, P. F., Dantas, V., & Rezende, V. (2002). *Introdução ao microcrédito*. Conselho da Comunidade Solidária. https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/outras_pub_alfa/microcredito.pdf

Brasil. (2018). *Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018: dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)*. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113636.htm

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. (2025b). *Boletim Mulheres – 8 de março 2025*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/publicacoes/boletim_mulheres_8m_20250307.pdf

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Microcrédito: aspectos históricos**. Brasília, DF, 25 abr. 2018b. Atualizado em: 11 jun. 2024. Disponível em: <http://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/servicos/trabalhador/empreendedorismo/pnmpo/microcredito-aspectos-historicos>. Canal Meio. (2026, 17 de janeiro). *A ideologia do brasileiro*. <https://www.canalmeio.com.br/edicoes/2026/01/17/edicao-de-sabado-a-ideologia-do-brasileiro/>

Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3ª ed.). Porto Alegre: Artmed.

Durkheim, É. (2016). *Da divisão do trabalho social* (Original publicado em 1893). Martins Fontes.

FRIEDE, Gunnar; BUSCH, Timo; BASSEN, Alexander. **ESG and financial performance: aggregated evidence from more than 2000 empirical studies**. *Journal of Sustainable Finance & Investment*, v. 5, n. 4, p. 210-233, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/20430795.2015.1118917>

Goldin, C. (2006). The quiet revolution that transformed women's employment, education, and family. *American Economic Review*, 96(2), 1–21. <https://doi.org/10.1257/000282806777212350>

Goldin, C. (2014). A grand gender convergence: Its last chapter. *American Economic Review*, 104(4), 1091–1119. <https://doi.org/10.1257/aer.104.4.1091>

IBGE. (2022a). *Síntese de indicadores sociais*.

IBGE. (2022b). *Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41663-censo-2022-em-12-anos-proporcao-de-mulheres-responsaveis-por-domicilios-avanca-e-se-equipara-a-de-homens>

Jablonski, B. (2010). A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(2), 262–275.

Nash, J. F., Jr. (1950). Equilibrium points in n-person games. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 36(1), 48–49.

Meneghetti, F. K. (2011). O que é um ensaio teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, 15(2), 320–332. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200010>

Montaigne, M. de. (1984). *Ensaaios* (S. Milliet, Trad.; 3ª ed.). São Paulo: Abril Cultural.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2025). *Brasil: emprego, ocupações, empresas, dados demográficos e educação*. Observatório Sebrae. <https://observatorio.sebrae.com.br/profile/geo/brasil#bespoke-title-340>

Soares, R. B., Barreto, F. A., & Azevedo, M. T. (2011). Condicionantes da saída da pobreza com microcrédito: o caso dos clientes do Crediamigo. *Estudos Econômicos*, 41(1), 119–142.

United Nations Global Compact. (2004). *Who cares wins: Connecting financial markets to a changing world*. New York: United Nations.

Von Neumann, J. (1928). Zur Theorie der Gesellschaftsspiele [Sobre a teoria dos jogos de estratégia]. *Mathematische Annalen*, 100, 295–320.

Whetten, D. A. (1989). What constitutes a theoretical contribution? *Academy of Management Review*, 14(4), 490–495.

White, H. C. (1981). Where do markets come from? *American Journal of Sociology*, 87(3), 517–547.